

ID: 105	Povo da Beira	Tiragem: 10 000	Página: 12	
Data: 27.11.2019		País: Portugal	Cores	
		Âmbito: regional		
		Periodicidade: semanal		

## Bloco de Esquerda questiona Governo sobre deslocalização da Escola Superior de Idanha-a-Nova

O Bloco de Esquerda (BE) quer saber se existe uma vontade de deslocalizar a Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova (ESGIN) para Castelo Branco e questionou o Governo sobre a matéria.

A ESGIN é uma das seis escolas do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), mas funciona em Idanha-a-Nova e, segundo a pergunta que o deputado Luís Monteiro dirigiu ao ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, existe "a vontade" de

deslocalizar essa estrutura para a capital de distrito.

Baseado em informações que chegaram ao grupo parlamentar do BE, o parlamentar atribui o intuito de deslocalização aos presidentes do IPCB da Câmara Municipal de Castelo Branco e sublinha que "está em causa o encerramento de um polo dinamizador no distrito de Castelo Branco, descentralizador de uma oferta educativa".

O BE salienta que esta escola também contribui para a atra-

ção de centenas de jovens, que, "caso não essa possibilidade de prosseguir estudos num raio geográfico mais próximo do lugar onde vivem, possivelmente não o teriam feito".

"A capacidade de um serviço público, como o do ensino superior, responder positivamente às necessidades das populações também depende da sua distribuição geográfica de forma mais ampla e justa. O combate à desertificação é um combate com várias frentes. Uma delas passa,

obrigatoriamente, pela capacidade de olhar o território como um todo e planejar uma implantação também em cidades que não as capitais de distrito", é igualmente referido.

Nas questões, o BE pergunta se o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior tem conhecimento dessa vontade e "se vai encetar um diálogo com o IPCB no sentido de promover uma solução social e territorialmente mais justa".

Em declaração à agência Lusa,

em 13 de novembro, o presidente do IPCB, António Fernandes, afirmou que aquela instituição tem uma estrutura organizacional pesada que implica custos fixos elevados e adiantou que já apresentou ao Conselho Geral uma proposta de reestruturação organizacional.

António Fernandes ressaltou ainda que esse "será sempre um processo interno, sem pressões externas, políticas ou outras, e sempre no escrupuloso cumprimento do estatutariamente definido".